



Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Educação
Curso de Pedagogia

Kalyne Indianara Bezerra Dantas

**AS EXPERIÊNCIAS COM O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

Natal/RN

2017

Kalyne Indianara Bezerra Dantas

**AS EXPERIÊNCIAS COM O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia,
vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, como requisito parcial para obtenção do
grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Analice Cordeiro dos
Santos Victor.

Natal/RN

2017

Kalyne Indianara Bezerra Dantas

**AS EXPERIÊNCIAS COM O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Analice Cordeiro dos Santos Victor

Data: 26/06/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Analice Cordeiro dos Santos Victor - NEI/CAP-UFRN

Orientadora

Prof. Dr. João Maria Valença de Andrade - UFRN

Examinador

Prof.^a Ms. Adele Guimaraes Ubarana Santos – NEI/CAP-UFRN

Examinadora

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil, e sua importância para o desenvolvimento integral e construção da autonomia das crianças. O estudo assumiu os princípios da pesquisa qualitativa, adotando como procedimento metodológico a realização de entrevistas individuais, semiestruturadas, junto a duas professoras que atuam em instituições de Educação Infantil na cidade de Natal/RN. Constatou-se que é possível propor as crianças da Educação Infantil experiências com o conhecimento histórico, tendo como ponto de partida a experiência e a realidade mais significativa da criança. As reflexões realizadas durante a pesquisa sinalizaram que ao planejar experiências com o conhecimento histórico, se faz necessário que o professor coloque a criança no centro do planejamento possibilitando-a perceber-se como sujeito histórico. A investigação também evidenciou que é possível o professor encontrar nos documentos oficiais elementos que subsidiem o planejamento e a proposição de experiências com os conhecimentos históricos junto as crianças da Educação Infantil. A análise das entrevistas demonstrou que ao promover experiências com o conhecimento histórico pautando-se no que as crianças sabem sobre o tema, o que querem saber e o que aprenderam contribui para formar nas crianças atitudes de curiosidade, criatividade e criticidade diante do conhecimento possibilitando-as redescobrir e transformar o mundo.

Palavras-chave: Educação Infantil. Experiências. Conhecimento histórico.

ABSTRACT

The present article aims to reflect about the experiences involving the historical knowledge in Early Childhood Education and its importance to the integral development and construction of children's autonomy. The study is based on the methodology of Qualitative Research, adopting as a methodological procedure the accomplishment of individual interviews, semi-structured, with the monitoring of two teachers who work in institutions of Early Childhood Education in Natal city, state of Rio Grande do Norte. It was found that it is possible to propose as children of Early Childhood, experiences with historical knowledge starting from an experience and a more significant reality of the child. As it is a teacher, it is not a planning center, enabling the child to realize itself as a historical character. An investigation also shows that it is possible for the teacher to find in the official documents, elements that subsidize the planning and a proposal of experiences with historical knowledge included with the children of Early Childhood Education. An analysis of the interviews shows that it is an experience of knowledge about the theme, what they want to know and what they learned about it, contributes to forming in children attitudes of curiosity, creativity and criticalness face of knowledge, enabling them to rediscover and transform the world.

Tags: Early Childhood Education. Experiences. Historical knowledge.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I.....	11
2. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE DISCUSSÃO	11
2.1 Campos de Experiências: uma possibilidade de organização curricular na Educação Infantil	11
2.2 O conhecimento histórico na Educação Infantil: Eu no mundo social e natural ...	14
2.3 O papel do professor enquanto mediador do conhecimento histórico na Educação Infantil	19
2.4 O conhecimento histórico nos documentos oficiais para a Educação Infantil.....	24
CAPÍTULO II.....	29
3. ANÁLISE E REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES	50

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo refletir sobre as experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil - EI e sua importância para o desenvolvimento integral e construção da autonomia das crianças. Para subsidiá-la, nosso estudo assumiu os princípios da pesquisa qualitativa, adotando como procedimento metodológico a realização de entrevistas individuais, semiestruturadas, junto a duas professoras que atuam em instituições de EI na cidade de Natal/RN.

Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de refletirmos sobre a compreensão das professoras com relação as experiências com o conhecimento histórico nessa etapa da educação, buscando identificar em suas falas como se dá essa prática e qual a relevância para criança vivenciar experiências com esse conhecimento.

A EI é definida como primeira etapa da Educação Básica pela LDB 9.394/96, e como tal as experiências que promovem o ensinar e aprender exigem atenção no que diz respeito ao planejamento do currículo e a prática pedagógica, este deve levar em consideração o público alvo (que são crianças) e as suas especificidades. Nesse sentido, o currículo deve ser norteado a partir da concepção de criança e do seu processo de desenvolvimento e aprendizado, suscitando uma prática pedagógica que compreenda a função social e política da EI.

Segundo Oliveira (2013):

A definição de currículo defendida nas Diretrizes põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação Infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças (OLIVEIRA, 2013. p. 6).

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010) propõem reflexão para as Instituições de Educação Infantil - IEI, fazendo com que as mesmas repensem suas práticas e busquem promover experiências que despertem o interesse das crianças. É a partir da promoção dessas experiências, planejadas de forma intencional e sistematizada, que a criança dá continuidade ao processo de construção do conhecimento e desenvolvimento da sua identidade e autonomia. A possibilidade de vivenciar diversas experiências permite a formação da

personalidade da criança contribuindo com o percurso do seu desenvolvimento integral.

Entretanto, percebe-se que as práticas pedagógicas promovidas nas IEI ainda se encontram carregadas de estereótipos propondo as crianças vivências que não atendem as suas demandas/necessidades percebendo-se uma dicotomia entre o cuidar e o educar. Todavia, o cuidar e o educar precisam ser percebidos como aspectos indissociáveis da prática pedagógica.

Muitas vezes o aspecto do cuidar é confundido com práticas voltadas para o assistencialismo, como se fosse possível cuidar sem educar esvaziando-se o sentido educativo desse aspecto. Há uma ênfase no desenvolvimento da leitura e da escrita deixando de lado outras demandas/necessidades infantis como o brincar e interagir. Outra confusão comum ao se discutir a função da EI é o fato dessa etapa da educação ser compreendida como uma fase apenas do “brincar”, desconsiderando-se o real sentido do brincar para criança¹.

Consideramos que esses são apenas alguns dos equívocos presentes ao se discutir a função da EI que, no entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica - DCNEB (BRASIL, 2013, p. 39) define que nessa etapa da educação “deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos)”. Depreende-se então que na EI o brincar não acontece em detrimento do aprender, este deve ser visto como a atividade pela qual as aprendizagens infantis se realizam. A partir dessa premissa, justifica-se a relevância desta investigação que ao refletir sobre as experiências com o conhecimento histórico nessa etapa da educação nos permite avaliar e repensar as suas práticas pedagógicas.

O interesse por essa temática - experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil - surgiu mediante empatia por essa etapa da educação e

¹ De acordo com Vygotsky (1989), o brincar tem papel fundamental na infância, uma vez que o brinquedo cria uma situação imaginária possibilitando transformações internas no desenvolvimento da criança. “[...] o brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a a desejar, relacionando seus desejos, a um “eu” fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade” (VYGOTSKY, 1989, p. 114). Ao brincar, a natureza ilusória do brinquedo é transferida para a vida da criança, fazendo-a desenvolver-se em uma esfera cognitiva da mente, dependendo das motivações e tendências internas.

curiosidade em compreender e pesquisar a relevância da construção do conhecimento histórico para a formação da criança.

Nesse sentido, torna-se relevante o estudo dessa temática e o desenvolvimento dessa monografia, por considerar um aprendizado bastante significativo para minha atuação profissional enquanto futura pedagoga, uma vez que amplia meu embasamento teórico na docência e contribui para a consciência do papel social e político do professor enquanto mediador e formador. Além disso, esse estudo pode vir a auxiliar e servir como material de reflexão para pedagogos que atuam na EI, uma vez que apresenta metodologias para com o conhecimento histórico.

A relevância dessa temática nos permite pensar no conhecimento histórico como necessário para que a criança compreenda mais de si e do mundo. As DCNEI (2010), propõem que as IEI devem promover experiências que “Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza (BRASIL, DCNEI, 2010. p. 26).

Conforme anunciado, discutimos nesse trabalho, o papel e a importância de experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil, assim como a compreensão das professoras sobre a realização dessas experiências. Para subsidiar a reflexão, foi realizada entrevista com duas professoras que atuam nessa etapa da educação, as quais relataram suas práticas com relação as experiências com o conhecimento histórico propostas junto as crianças da EI.

O trabalho contempla algumas observações e reflexões acerca da entrevista realizada pela autora, promovendo relatos das experiências, à luz dos autores estudados: Belloni (2012), Borges (2005), Cavalcanti (1995), Cooper (2006), Faria & Salles (2012), Ostetto (2007), Victor (2010), Vygotsky (1989;2001), dentre outros, e práticas realizadas em toda a trajetória acadêmica.

A exposição da monografia está distribuída no seguinte formato: Capítulo I – breve discussão sobre o currículo na Educação Infantil organizado por campos de experiências, as reflexões acerca de experiências com o conhecimento histórico na EI, o papel do professor e como o trabalho com esse conhecimento está proposto nos documentos oficiais, não obstante, articulando com outros campos de experiências e dialogando com teóricos da área. Capítulo II - análise da compreensão das professoras por meio das entrevistas realizadas, e por último

serão expostas algumas considerações, as quais retomam sinteticamente as ideias centrais desenvolvidas, assim como, relatam algumas inquietações motivadas pelas reflexões feitas.

CAPÍTULO I

2. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE DISCUSSÃO

Neste capítulo realizamos uma breve discussão sobre o currículo na Educação Infantil organizado por campos de experiências, refletimos sobre possibilidades de planejamento e sistematização de experiências envolvendo o conhecimento histórico na EI e o papel mediador do professor nessas experiências. Finalizamos analisando a proposta do trabalho com esse conhecimento em alguns documentos oficiais.

2.1 Campos de Experiências: uma possibilidade de organização curricular na Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/96 em seu art. 29, define que, do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Partindo do pressuposto de que na EI a forma como as crianças vivenciam o mundo, constroem conhecimentos e manifestam seus anseios é bem peculiar, deve-se levar em consideração as especificidades de cada criança que estão diretamente relacionadas a realidade e ao contexto social no qual ela está inserida.

Para Faria e Salles (2012), o currículo é considerado o "coração" de uma instituição educativa e o grande desafio presente é a articulação que se faz necessária entre o currículo e os elementos de uma proposta pedagógica. Assim, na construção desse currículo, é necessário ter consciência do tipo de ser humano que desejamos formar, assim como, quais as contribuições que a Educação Infantil fornece para construir uma sociedade sustentável, justa e democrática.

Dentre as concepções norteadoras do currículo dessa primeira etapa da Educação Básica está o papel de educar e cuidar, assim como, considerar a criança como sujeito social, histórico e cultural. Segundo Faria e Salles (2012):

Considerar a criança como sujeito é levar em conta, nas relações que com ela estabelecemos, que ela tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam, desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, na sua fala. (FARIA e SALLES, 2012. p. 56).

Faria e Salles (2012) observam que a subjetividade da criança é constituída por “relações dialógicas”, isto é, essa subjetividade é desenvolvida nas relações em que as crianças constituem com o meio social a partir de suas experiências.

Considerando essa compreensão, devemos pensar em um currículo que atenda essas especificidades possibilitando a criança se desenvolver em sua totalidade. Partindo dessa premissa, é proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - DCNEB (2013) que o currículo da EI seja organizado por campos de experiências objetivando a construção do conhecimento organizado de forma integrada. Os conhecimentos e saberes se articulam nesses campos de modo a ampliar as possibilidades de interação das crianças com o meio, assim como, fornecendo múltiplas oportunidades de descoberta e apropriação, fazendo com que elas produzam conhecimento.

Sobre esse aspecto Faria e Salles (2012) consideram que:

[...] a partir das experiências vivenciadas no cotidiano, mediadas por outros sujeitos da cultura, as crianças vão progressivamente ampliando suas possibilidades de se deslocar, de fazer movimentos mais precisos, de se auto cuidar, de explorar o mundo e agir sobre ele, de se comunicar, interagir, compreender, resolver problemas, refletir, julgar e de decidir. (FARIA e SALLES, 2012. p. 57)

Ou seja, essas experiências promovem/possibilitam a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, pois as possibilidades de interação vivenciadas por elas proporcionam a relação com o outro. Assim, as crianças se apropriam de valores, ampliam laços afetivos e ainda desenvolvem a necessidade de pensar e refletir antes de agir, permitindo, também, a formação da sua identidade, como preconizam as DCNEB (2013) ao definir a concepção de currículo na EI:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas

por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2013. p. 86)

Assim, o Currículo da Educação Infantil baseado em campos de experiências, implica o planejamento de experiências culturais em que a criança possa formar sua identidade. Deve-se, portanto, possibilitar às crianças vivências ricas e significativas de experimentação, conhecimento e exploração, de modo a fazê-las pensar e agir criticamente em cada umas dessas situações.

A IEI, portanto, se configura, segundo Faria e Salles (2012) como um espaço de acesso a conhecimentos formais, os quais permitem novas formas de pensamento. Ao professor foi dada a tarefa de, no tempo de interação com as crianças, possibilitar intencionalmente aprendizagens significativas que devem se adequar as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. No caso da EI, o professor promove experiências em que as crianças possam ampliar saberes, entretanto, experiências intencionalmente construídas que serão pelas crianças vivenciadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010) afirmam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da EI devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira². Garantindo experiências em que a criança promova o conhecimento de si e do mundo, seja imersa em diferentes linguagens, desenvolva a confiança e a participação em atividades individuais e coletivas, a autonomia, a curiosidade, exploração e questionamentos com relação ao mundo físico e social, e a interação em diferentes manifestações sociais. E ainda, deve-se promover a integração dessas experiências e a vivência destas pela criança, visando o seu desenvolvimento integral.

Segundo Faria e Salles (2012, p. 78) “as crianças, no seu dia a dia, desde o momento em que chegam à IEI, nas interações que estabelecem com as pessoas e com o ambiente, estão vivenciando experiências diversas”. Nessa perspectiva, essas autoras propõem “experiências relacionadas a saberes e conhecimentos que

² Compreende-se que a brincadeira e as interações são os eixos que determinam o currículo da EI, dessa forma, a brincadeira não deve ser vista de maneira simplificada. Conforme as DCNEI (BRASIL, 2013): “Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz” (BRASIL, 2013. p. 87).

contemplem as múltiplas relações das crianças com os conhecimentos da natureza e da cultura, mediadas pelas linguagens”. Faria e Salles (2012) propõem a organização do currículo da EI norteado em três grandes campos de experiências: *Eu no mundo social e natural, Linguagens e Artes, Matemática*. Observam que esses campos de experiências precisam ser influenciados e adequados a realidade social e cultural na qual as crianças estão inseridas.

Segundo essas autoras, este currículo organizado por campos de experiências propõe a promoção da integralidade do processo de formação das crianças, visando o desenvolvimento destas por meio das interações entre elas e entre os conhecimentos desses campos, pois “[...] as crianças vão aprendendo e se desenvolvendo, constituindo-se como sujeito socioculturais, nas relações que estabelecem com o mundo à sua volta, mediadas por outros sujeitos da cultura, utilizando-se de diferentes linguagens”. (FARIA e SALLES, 2012. p. 79)

2.2 O conhecimento histórico na Educação Infantil: Eu no mundo social e natural

Tendo em vista que estamos nos baseando e refletindo sobre um currículo na EI que tenha como prática experiências que suscitem a construção do conhecimento histórico, nesta seção, abordamos o campo de experiência: *Eu no mundo social e natural*, objetivando caracterizar esse campo e refletir sobre a proposta de metodologias que contribuam para a construção do conhecimento histórico de forma significativa, e para que o processo de desenvolvimento da criança se efetive de forma integral.

Sabemos que a educação objetiva cumprir uma função social. Compreendemos que a IEI necessita contribuir diretamente na formação de indivíduos conscientes e autônomos. Ao lançar sua proposta, o trabalho desenvolvido por essa instituição pode possibilitar a melhoria do nível cultural e o desenvolvimento individual de cada criança.

Analisando a presença de experiências com o conhecimento histórico na EI, observamos que muitas vezes ele é pouco enfatizado, quando sabemos que deveria ocupar um lugar também de destaque nas práticas pedagógicas. Minha primeira reflexão acerca desse campo de experiência, será na perspectiva de apresentar e

pensar sobre os impasses encontrados nas práticas pedagógicas da EI com o conhecimento histórico.

Primeiramente é preciso desconstruir a concepção de que na EI o processo mais importante é o da alfabetização, e além disso, de que este se dá apenas por meio do campo de experiência da linguagem. Sabemos que a EI deve promover o desenvolvimento integral da criança, pois como preconizam as DCNEI (BRASIL, 2010, p. 25) compete a essa etapa da educação possibilitar experiências que “Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical”. Depreende-se assim, que a alfabetização se configura como um dos processos a serem vivenciados com as crianças por meio de experiências envolvendo as práticas culturais de leitura e escrita³.

Nessa etapa da educação, além das experiências com as práticas culturais de leitura e escrita temos o desenvolvimento da oralização, da expressão do pensamento, da socialização, da dimensão expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança, além do contato com os conhecimentos diversos. Percebe-se, então, que deve haver a integração de várias experiências inseridas na prática pedagógica que permitem o desenvolvimento da criança em sua totalidade.

Feitas essas considerações retornamos as reflexões sobre alguns impasses observados nas discussões mais específicas do trabalho com o conhecimento histórico na EI. Ao refletir sobre o trabalho com o conhecimento histórico na IEI, Victor (2010) observa que as pesquisas e discussões acerca desse conhecimento priorizam as crianças e professores do Ensino Fundamental.

Victor (2010) analisa que essa ideia advém do conflito que ocorre nos professores da EI, pois estes consideram uma tarefa difícil introduzir conhecimentos e metodologias, devido a tendência de escolarização que é muitas vezes enfatizada nessa etapa da educação. Essa tendência de escolarização é outra concepção que deve ser desconstruída. Muitos acreditam ser a EI uma preparação para o Ensino

³ De acordo com Brandão e Rosa (2011) dentre as práticas culturais de leitura e escrita que as crianças precisam experienciar na EI estão a contação e leitura de histórias possibilitando a interação com textos escritos; a experiência com jogos e brincadeiras que promovem a aprendizagem da fala e do pensamento sobre a língua; o desenvolvimento da consciência fonológica a partir da comparação de palavras, a identificação e produção de rimas; o contato com as letras e a aprendizagem dos nomes destas por meio de atividades que promovam a escrita espontânea; e o projeto mala de leitura que contribui para formação de bons leitores.

Fundamental, desfazendo de toda importância e especificidades que essa etapa da educação possui.

Justificando a ausência de práticas com o conhecimento histórico na EI, Victor (2010) pontua que para muitos há a ideia que as crianças que frequentam essa etapa da educação ainda não teriam desenvolvido as estruturas cognitivas que permitem a compreensão da noção de tempo, sendo este um conceito fundamental para a aprendizagem do conhecimento histórico. Frente a isso, o mais comum é que as IEI promovam o acesso das crianças ao conhecimento histórico por meio do trabalho com datas comemorativas. Entretanto, essa é uma prática que precisa ser superada. Existem novas formas de oportunizar o conhecimento histórico na EI.

De acordo com a análise de entrevistas realizadas com professoras que promovem experiências com o conhecimento histórico às crianças da EI no NEI – Núcleo de Educação Infantil, Victor (2010), a partir de sua pesquisa, constatou que “desde os primeiros anos as crianças são capazes de apresentar um pensamento histórico, ainda que embrionário, e de igual modo, possuem uma consciência do passado a partir das experiências vivenciadas” (VICTOR, 2010, p. 128).

Dessa forma, a pesquisadora defende que a prática de experiências com o conhecimento histórico na EI é possível e, em seus argumentos, recorre ao pensamento de Cooper (2002 *apud* VICTOR, 2010, p. 128) ao afirmar que “para que ocorra o desenvolvimento da compreensão histórica deve-se promover a interação intensa com os acontecimentos do passado. Referindo-se mais uma vez aos estudos de Cooper, Victor (2010) ressalta que para essa pesquisadora

[...] na Educação Infantil o trabalho com os conhecimentos históricos pode proporcionar as crianças descobrir o passado destacando as variações produzidas na vida, no trabalho, no lazer, tanto de sua família como de outros adultos conhecidos, ou ainda de personagens que viveram em tempos mais remotos. (VICTOR, 2010. p. 128)

A partir dessas considerações, proponho nesta seção, refletir e discutir sobre as possibilidades de práticas pedagógicas com o conhecimento histórico na EI. Levando a discussão para o objeto de estudo desse trabalho - o conhecimento histórico – que, conforme já citado, concentra-se no campo de experiência *Eu no mundo social e natural* e contribui para que a criança desenvolva conceitos que são próprios das ciências humanas objetivando a interpretação dos fenômenos sociais.

De acordo com Faria e Salles (2012, p. 80), esse campo é uma tentativa de agrupar as experiências relativas ao eu, à sociedade e à natureza, justificado pelo fato de que o mundo social, o mundo físico/natural e o mundo pessoal estão intimamente relacionados. São nas relações que os humanos estabelecem com o mundo social que eles apreendem, constroem conceitos, desenvolvem habilidades, competências, senso crítico, formando sua subjetividade.

Segundo Faria e Salles (2012):

As crianças da Educação Infantil estão adentrando o mundo e precisam vivenciar experiências diversas relacionadas à natureza e à vida social que lhes permitam constituir sua subjetividade e se tornar, cada vez mais, sujeitos humanos em harmonia com o mundo físico e natural e inseridos na cultura. (FARIA e SALLES, 2012. p. 80)

Dessa forma, é na Educação Infantil que as crianças começam a aprofundar suas primeiras compreensões acerca das relações com o mundo social. Estas relações são compreendidas por meio das experiências vivenciadas pelas crianças. O intuito é que o currículo da EI assegure experiências que proporcionem essa compreensão, pois, conforme já ressaltamos, as DCNEI (2010) afirmam que “devem ser garantidas experiências que incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza” (art. 9º - inciso VIII).

Conforme Faria e Salles (2012, p. 82), para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos com esse campo de experiência é necessário pensar nos dois polos do processo de aprendizagem: a criança e o objeto de conhecimento, mediados pelo(a) professor(a). Essa ideia nos remete a concepção de que na EI a atenção deve voltar-se a criança como sujeito que constrói o conhecimento; ao objeto do conhecimento como metodologias que compõem a prática pedagógica objetivando a promoção da construção do conhecimento e, também, ao papel do professor, mediador das situações de ensino e aprendizagem, responsável por tornar possível a construção desse conhecimento.

Nesse sentido, Faria e Salles (2012) observam que as IEI, nesse campo de experiência, devem possibilitar às crianças a vivência de experiências que permitam a estas construir sua identidade, familiarizar-se com as diversas manifestações

culturais, reconhecer a si mesma e aos outros como sujeitos de direitos, construir e respeitar normas de convívio social, e exercitar a vida democrática.

Essas observações de Faria e Salles (2012) nos remetem mais uma vez a pesquisa de Victor (2010), agora nos questionando sobre quais elementos podem nos servir como organizadores para planejarmos as experiências com o conhecimento histórico na EI. Nesse sentido, Victor (2010) nos indica alguns possíveis elementos organizadores que podem subsidiar o planejamento de experiências envolvendo esse conhecimento:

- Oportunizar o desenvolvimento da compreensão histórica pela criança mediante a interação intensa desta com os acontecimentos do passado, mediada pelo professor por meio de reflexão de natureza histórica.
- Tomar a realidade da criança mais significativa como ponto de partida para se trabalhar os conhecimentos históricos de modo que estas percebam a sua própria historicidade.
- Inserir a criança em ambiente que lhe permita compreender as variações produzidas no tempo, a produção de inferências a partir de fontes (visuais, orais e escritas) e a interpretações sobre o passado.
- Propiciar à criança a participação em situações didáticas, envolvendo conhecimentos históricos que enfatizem aspectos relacionados aos modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado.
- Proporcionar à criança experiências com o conhecimento histórico por meio de atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua e de outras comunidades.

Quadro 01 - Elementos organizadores relacionados a experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil
Fonte: Victor, 2010.

Victor (2010) observa que por meio desses organizadores o trabalho envolvendo o conhecimento histórico na Educação Infantil deve ter como ponto de partida a experiência e a realidade mais significativa da criança – a sua história – permitindo-lhe perceber esse conhecimento como construção dos humanos, tendo como matéria prima a sua forma de se relacionar com o seu meio social e natural.

Essa observação de Victor nos remete a compreensão de que o conhecimento histórico contribui diretamente na formação de sujeitos críticos. Partindo da ideia de que essa formação também acontece na Educação Infantil. Nesse sentido, deve-se exaltar a importância das experiências com o conhecimento histórico, contribuindo para que as crianças se reconheçam enquanto agentes de sua própria história, uma vez que são desenvolvidas práticas pedagógicas que as fazem vivenciar e interagir com o mundo social.

Diante disso, compreende-se que esse conhecimento histórico é uma construção de vários sujeitos e também proporcionada às crianças na EI por meio

das experiências vivenciadas que devem partir da realidade e do cotidiano permitindo a auto identificação e percepção como um desses sujeitos.

As considerações até agora realizadas sobre o campo de experiência *Eu no mundo social e natural*, o conhecimento histórico e os possíveis elementos organizadores do trabalho com esse conhecimento direcionam o nosso pensamento ao papel do professor, profissional responsável por mediar a aprendizagem e a construção desse conhecimento. Assim, na próxima seção, discutiremos sobre essa temática.

2.3 O papel do professor enquanto mediador do conhecimento histórico na Educação Infantil

Quando falamos em metodologia logo, direcionamos o nosso pensamento ao papel do professor enquanto mediador do conhecimento. Vygotsky (1989) propõe que a mediação é entendida como meio que possibilita ao homem constituir-se e desenvolver-se como sujeito através de suas relações sociais, por intermédio dos instrumentos, dos signos e do outro. Assim, mediar significa direcionar o caminho da aprendizagem, favorecer situações didáticas em que a criança possa construir o conhecimento e agir ativamente nessa construção.

Conforme Vygotsky (2001) o trabalho do professor revela uma dupla natureza que se configura em organizar e administrar o meio social educativo e direcionar a alavanca do processo educacional. Nesse sentido, ao professor, enquanto mediador na IEI, é dada a tarefa de desenvolver sua prática pedagógica fornecendo condições adequadas para promover o desenvolvimento integral da criança, com enfoque no desenvolvimento físico, cognitivo, psicomotor, afetivo e social.

Nessa premissa, para desempenhar bem o seu papel, enquanto mediador do conhecimento, é de fato muito importante que o professor tenha embasamento teórico e consciência política para que possa atuar com autonomia. Conforme, Monteiro (2001):

[...] a formação teórica do professor na área de conhecimentos em que atua torna-se fundamental, devendo merecer mais atenção no currículo dos cursos de graduação. Essa formação é requisito fundamental para que ele possa atuar com autonomia, superando o

espontaneísmo e/ou uma certa ingenuidade calcada no senso comum. (MONTEIRO, 2001, p. 21)

Além da didática, o professor atuante em sala de aula na EI deve ter conhecimento teórico sobre a temática abordada. A formação teórica do professor é de extrema importância para que não permita-o canalizar a aprendizagem para verdades prontas. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica - DCNEB (2013), no que diz respeito a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010):

Cabe à professora e ao professor criar oportunidade para que a criança, no processo de elaborar sentidos pessoais, se aproprie de elementos significativos de sua cultura não como verdades absolutas, mas como elaborações dinâmicas e provisórias. Trabalha-se com os saberes da prática que as crianças vão construindo ao mesmo tempo em que se garante a apropriação ou construção por elas de novos conhecimentos. (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 93)

Cabe ao professor possibilitar a criança elementos para o seu pensamento e sua reflexão sobre o mundo social de forma crítica. Acerca do conhecimento histórico, ao desenvolver práticas pedagógicas com as crianças, o professor pode buscar metodologias que suscitem um processo de ensino e aprendizagem que proporcione a troca de experiências e conhecimentos. Nesse sentido, Faria e Salles (2012 p. 86) afirmam que “a vivência de experiências significativas só será formadora e transformadora na medida em que o professor atuar intencionalmente, na perspectiva de incidir sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças”.

Essas experiências devem ser variadas estabelecendo o contato e a relação com as diferentes linguagens. Encontramos nessa premissa, a ideia de trabalhar o conhecimento histórico também de forma interdisciplinar. Para isso, mais uma vez, a formação teórica do professor se mostra de extrema importância, pois só será possível fazer essa articulação se houver embasamento teórico sobre a temática e os demais campos de experiências.

As DCNEB (2013) sobre a revisão das DCNEI (2010), afirmam:

As experiências promotoras de aprendizagem e consequente desenvolvimento das crianças devem ser propiciadas em uma frequência regular e serem, ao mesmo tempo, imprevistas, abertas a surpresas e a novas descobertas. (BRASIL, 2013, p. 93)

Nesse sentido, o conhecimento histórico é construído de maneira dinâmica, aberto a novas possibilidades e experiências que podem vir a promover novas descobertas que permitam o desenvolvimento da capacidade de análise crítica e reflexiva do meio social pela criança. Logo, desde a EI, o professor estará possibilitando as crianças a ação ativa na sociedade, objetivando a transformação do contexto histórico-social o qual essas crianças estão inseridas.

Quando trabalhado de forma crítica o conhecimento histórico pode possibilitar a transformação social, uma vez que a construção desse conhecimento permite o desenvolvimento do senso crítico e promove o questionamento acerca da realidade e do passado. No caso da EI, a construção desse conhecimento deve ser proporcionada levando em consideração as especificidades dessa etapa da educação. De acordo com Victor (2010. p. 131) o trabalho com o conhecimento histórico “[...] deve contribuir para que a criança utilize os conceitos e modelos explicativos em construção, para compreender/explicar o mundo em que está inserida, para a este se integrar”.

O professor, por sua vez, deve ter conhecimento sobre essas especificidades e agir sobre elas. Para Victor (2010) ao professor é dado o lugar de autor consciente de seu trabalho, sabendo porque está conduzindo a sua prática de determinada maneira e não de outra. O pensamento dessa autora nos remete, mais uma vez, a importância da formação política do professor de forma consciente, uma vez que contribui para formação de cidadãos críticos, no caso da EI, para formação de crianças que explique/questione as práticas sociais constituindo-se como alguém capaz de trilhar seus caminhos para construção de uma sociedade mais justa que não aliena, proporcionando assim uma nova realidade social.

Ademais, todos esses pontos importantes que foram citados para desenvolver uma prática pedagógica que suscite a construção do conhecimento histórico de forma crítica, nos permite a reflexão sobre a importância do planejamento. Afinal, como poderíamos discutir sobre o papel do professor como mediador do conhecimento histórico na EI sem refletir sobre o planejamento? São conceitos que estão diretamente relacionados. “O planejamento é instrumento orientador do trabalho docente” (OSTETTO, 2007. p. 177).

Conforme essa autora “O planejamento marca a intencionalidade do processo educativo”, entretanto, este para se configurar como instrumento

objetivando um processo de ensino e aprendizagem intencionalmente pensado, deve ser programado, documentado e flexível. A proposta de programar possibilita uma aprendizagem que vai além do senso comum, como já foi pontuado, o professor precisa ter embasamento teórico sobre a temática que irá trabalhar junto as crianças e ter clareza do que pretende, tendo bem definido o seu objetivo.

No que diz respeito a flexibilidade, o planejamento não deve ser algo fechado, estático, no decorrer da sua prática e execução, este deve ser repensado e revisado, está aberto aos novos questionamentos colocados pelas crianças. “Como um processo reflexivo, no processo de elaboração do planejamento o educador vai aprendendo e exercitando sua capacidade de perceber as necessidades do grupo de crianças” (OSTETTO, 2007. p. 178). O intuito é que o professor, nesse processo, possa avaliar o desenvolvimento da sua prática, buscando sempre que possível, novos significados e caminhos.

Cavalcanti (1995), refletindo sobre o trabalho com o conhecimento histórico na EI afirma que o professor, enquanto mediador desse conhecimento:

[...] deve sempre se lembrar, enquanto planeja, organiza, dirige e avalia as atividades de seus alunos, que é muito mais importante ter boas ideias, construí-las e entendê-las do que construir verdades. Ou seja, que as atividades com os conteúdos de História serão tanto mais significativas quanto mais possibilitarem que as crianças possam ter e experimentar boas ideias no processo de aprendizagem. (CAVALCANTI, 1995. p. 8)

Segundo essa autora, o professor não deve limitar a construção do conhecimento sobre um tema histórico em apenas um dia. Este deve “observar como fazem os historiadores e levar para classe atividades que deem aos alunos condições de construir conhecimento histórico através de trabalhos de pesquisa” (CAVALCANTI, 1995. p. 7). A ideia dessa autora é desenvolver a prática pedagógica com as crianças por meio do trabalho com projetos que promovam uma sequência de atividades sobre a temática. Trabalhar com projetos se configura um caminho importante para construção do conhecimento histórico, uma vez que amplia o conhecimento sobre o tema e possibilita a participação ativa de todas as crianças.

Nessa premissa, “[...] é o professor quem, definido os campos de experiências, os conhecimentos, realiza o recorte temático, estabelece os objetivos específicos da atividade. É ele também quem realiza a escolha das fontes de

informação a serem utilizadas” (Cavalcanti, 1995, p. 7). Este profissional, enquanto mediador, fornece subsídios para uma pesquisa em que as crianças possam se colocar no papel de historiadores. Ao proporcionar essa experiência as crianças podem agir dentro do espaço de procedimentos que estruturam o fazer histórico. Nesse sentido, para Victor (2010):

O professor da EI ao criar situações didáticas que permitam a criança pensar historicamente, oferece subsídios ao pensamento infantil, possibilitando, assim, a criança estabelecer as mais diversas relações que contribuem para o seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo. (VICTOR, 2010. p. 150)

Depreende-se, então, que cabe ao professor, buscar as possibilidades para desenvolver uma boa prática pedagógica levando em consideração as possibilidades de aprendizagem das crianças. O enriquecimento da prática docente se dá através de formas de incentivos para uma educação mais significativa, utilizando linguagem à altura da compreensão infantil e de acordo com o contexto social em que vivem. Pois, conforme observa Siman (*apud* VICTOR, 2010, p. 149-150), o pensamento histórico é desenvolvido a partir da capacidade de “[...] identificar no próprio cotidiano, nas relações sociais, nas ações políticas da atualidade a continuidade de elementos do passado, reforçando o dialogo passado/presente”. Explicitando-se, assim, que a partir do cotidiano, a criança constrói o conhecimento e desenvolve o pensamento histórico.

Dessa forma, ao colocarmos a criança em situações que suscitem o desenvolvimento do pensamento histórico, é provável que esse desenvolvimento ocorra de maneira mais rápida. Segundo Siman (*apud* VICTOR, 2010, p. 150), “muito mais cedo do que pensamos, as crianças podem, por meios diversos, iniciarem-se em modos de pensar a História pouco abertos a sua complexidade”.

A partir dessas considerações evidencia-se que o professor exerce papel fundamental na EI para que a criança se desenvolva de forma integral, ao canalizar a aprendizagem para a construção do conhecimento histórico, o professor pode estimular a criança ao pensamento e a reflexão. De acordo com Faria e Salles (2012, p. 87), ao professor é dada a tarefa de preocupar-se em formar atitudes de curiosidade, criatividade e criticidade diante do conhecimento, possibilitando às crianças perceberem que o conhecimento não é algo pronto e que elas podem redescobrir e transformar o mundo.

Cabe ao professor ser um eterno pesquisador que objetiva desenvolver uma prática pedagógica eficaz e consciente, podendo buscar orientações didáticas sobre os conhecimentos históricos que permita-o desenvolver habilidades e competências necessárias para trabalhar com temas históricos. Com base nisso, na próxima seção, faremos a discussão sobre como o conhecimento histórico está descrito nos documentos oficiais, uma vez que estes devem servir de base para que o professor possa desenvolver sua prática docente.

2.4 O conhecimento histórico nos documentos oficiais para a Educação Infantil

Esta seção está dedicada à reflexão dos documentos oficiais no que se refere as orientações sobre o trabalho com o conhecimento histórico na Educação Infantil. Muitas vezes os documentos oficiais se constituem como únicos materiais disponíveis nas IEI para que os professores busquem subsídios para planejarem as experiências com o conhecimento histórico junto as crianças. Diante disso, torna-se relevante refletir sobre esses documentos no intuito de ampliar o embasamento teórico e as práticas pedagógicas com o conhecimento histórico.

Tomando como referência alguns documentos oficiais faremos uma reflexão sobre como esses orientam a condução das práticas pedagógicas com os conhecimentos históricos na EI, visando o principal objetivo dessa etapa da educação - a formação integral da criança.

Com a Constituição de 1988, a EI foi reconhecida como dever do Estado. A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização. (DCNEB, 2013, p. 81). Com a LDB 9.394/96, a EI foi entendida como primeira etapa da educação básica.

Nesse contexto, para subsidiar a prática dos professores em sala de aula com crianças teve-se por muitos anos, o aporte teórico do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI (1998). O volume três deste documento apresenta proposta didática oficial para o trabalho com as temáticas históricas junto às crianças. As propostas apresentam-se neste documento, passíveis de adaptações e mudanças de acordo com os diferentes contextos sociais em que o professor venha a lecionar, considerando a vivência das crianças.

Victor (2010) ao analisar este documento observa que os conhecimentos históricos são organizados no eixo de Natureza e Sociedade, este reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. É proposto para o trabalho com esse eixo o respeito e as especificidades das fontes, abordagens e enfoque advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais. Segundo o RCNEI (1998):

O trabalho com os conhecimentos derivados das Ciências Humanas e Naturais deve ser voltado para a ampliação das experiências das crianças e para a construção de conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural. Nesse sentido, refere-se à pluralidade de fenômenos e acontecimentos — físicos, biológicos, geográficos, históricos e culturais —, ao conhecimento da diversidade de formas de explicar e representar o mundo, ao contato com as explicações científicas e à possibilidade de conhecer e construir novas formas de pensar sobre os eventos que as cercam (BRASIL, 1998. V. 3. P. 166).

Entretanto, com o passar dos anos, novas mudanças passaram a acontecer, no que diz respeito as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Frente a essas transformações, além do RCNEI (1998), surgem as DCNEI (2010) que mais para frente é revisada nas DCNEB (2013). Desse modo, a EI revisa sua concepção acerca de educação e criança, focada no desenvolvimento integral e aprendizagem destas. Conforme a DCNEB (2013), no que diz respeito a revisão das DCNEI (2010):

[..] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil elaboradas anteriormente por este Conselho (Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98) foram fundamentais para explicitar princípios e orientações para os sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. Embora os princípios colocados não tenham perdido a validade, ao contrário, continuam cada vez mais necessários, outras questões diminuíram seu espaço no debate atual e novos desafios foram colocados para a Educação Infantil, exigindo a reformulação e atualização dessas Diretrizes. (BRASIL, 2013. p. 82)

Nos dias atuais, os conhecimentos históricos apresentam-se aportados teoricamente pelas DCNEB (2013) que revisa as DCNEI (2010) e preconiza que as práticas pedagógicas da EI devem possibilitar as crianças experiências que permita a formação humana, participação social e cidadania, contemplando e valorizando a diversidade cultural e étnico racial. Deve-se ampliar o olhar das crianças para a contribuição de diferentes povos e culturas. De acordo com as DCNEB (2013):

[...] na formação de pequenos cidadãos compromissada com uma visão plural de mundo, é necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando e possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos. (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 89)

Este documento propõem que essas experiências se efetivem por meio das interações e brincadeiras⁴, eixos norteadores do currículo da EI, garantindo experiências diversas que venham promover o desenvolvimento integral da criança. Assim, o conhecimento histórico deve ser construído pelas crianças com base nestes eixos. Conforme Faria e Salles (2012), por estes as crianças se expressam, relacionam-se, descobrem, exploram e conhecem a sua realidade física e social, aprendem de si e do mundo.

De acordo com as DCNEB (BRASIL, 2013, p. 86) a constituição do eu da criança “não são constituições universais biologicamente determinadas e esperando o momento de amadurecer. Elas são histórica e culturalmente produzidas nas relações que estabelecem com o mundo material e social mediadas por parceiros mais experientes”. Nesse sentido, torna-se importante construir conhecimento por meio das relações que são estabelecidas pela criança com o mundo social. Essas relações devem ser mediadas intencionalmente, visando a construção do conhecimento de forma significativa.

É necessário que as crianças tenham contato com os diferentes acontecimentos do mundo e fenômenos, sendo instigadas a pensar e criar hipóteses em meio a compreendê-los, porém, para se tornar ainda mais significativo à construção desse conhecimento deve partir do cotidiano e das vivências das crianças. As DCNEB (2013) afirmam:

Na história cotidiana das interações com diferentes parceiros, vão sendo construídas significações compartilhadas, a partir das quais a criança aprende como agir ou resistir aos valores e normas da

⁴ A brincadeira se configura como um tipo de interação que também permite que a criança se relacione consigo mesma, construindo sua identidade, além de possibilitar a sua inserção em práticas de linguagem e promover o desenvolvimento psicomotor. As crianças no ato de brincar expressam sentimentos, emoções, pensamento, desejo e necessidades. Dessa forma, a brincadeira deve ser vista como experiência que proporciona a criança se considerar um sujeito social e compreender o que acontece à sua volta.

cultura de seu ambiente. Nesse processo é preciso considerar que as crianças aprendem coisas que lhes são muito significativas quando interagem com companheiros da infância, e que são diversas das coisas que elas se apropriam no contato com os adultos ou com crianças já mais velhas. Além disso, à medida que o grupo de crianças interage, são construídas as culturas infantis. (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 87)

Essa observação das DCNEB (2013) corroboram para reafirmar que o conhecimento histórico promove o contato das crianças com os conhecimentos que foram socialmente difundidos e as culturas de povos diferentes do presente e de outras épocas, além disso, o acesso a esses conhecimentos proporcionam respostas para as inquietações da sociedade atual.

Levando em consideração que as crianças são sujeitos que em suas interações recebem influências de sua cultura, na prática pedagógica para construção do conhecimento histórico deve-se partir de elementos que façam parte da cultura das crianças para que elas possam pensar e repensar essa cultura e proporcionar mudanças relativas quanto ao modo de compreender o mundo. Segundo as DCNEB (2013) “As ações educativas e práticas cotidianas devem considerar que os modos como a cultura medeia as formas de relação da criança consigo mesma são constitutivos dos seus processos de construção de identidade” (BRASIL, 2013. p. 89).

Depreende-se então que, o contexto social/realidade da criança é considerado ponto de partida para compreensão dos conhecimentos históricos, criando-se assim as condições para que ela se perceba como sujeito histórico.

Considerar a realidade da criança como marco inicial para aproximá-la do conhecimento histórico, nos remete a definição de Cabrini (*apud* VICTOR, 2010, p. 122) sobre realidade mais próxima:

[...] Entendemos por realidade mais próxima do aluno tudo o que está ligado à sua própria experiência de vida, que tem a ver com o que ele sente, pensa, sabe, se interessa, se preocupa, etc., e que está marcado profundamente pela experiência do meio cultural que o envolve, dos grupos sociais nos quais ele está inserido (CABRINI et al, 2005, *apud* VICTOR, 2010, p. 122).

Nessa definição Cabrini (*apud* VICTOR, 2010) nos subsidia na compreensão do porquê tomar aspectos da vida da criança ao promovermos experiências com o conhecimento histórico na EI. Isso se faz necessário porque as crianças têm suas

representações sobre o mundo associadas a realidade que é conhecida, sentida e vivenciada, diante disso, torna-se primordial que o conhecimento histórico seja construído pelas crianças por meio de práticas vivenciadas diariamente com os sujeitos que a rodeiam (família, amigos).

Nessas relações é possível estimular a curiosidade sobre as experiências das pessoas mais velhas (avós, pais), proporcionando, a partir disso, o reconhecimento sobre as mudanças e permanências dos costumes, levando-as a reflexão do que é novo e/ou velho e estabelecendo uma relação de temporalidade e experiência familiar. As crianças constroem narrativas seguindo as experiências familiares e do grupo de convivência.

Ao assumir essa forma de aproximar o conhecimento histórico da criança, o professor, conforme propõem as DCNEB (BRASIL, 2013), está de fato colocando a criança no centro do planejamento possibilitando-a perceber-se como sujeito histórico:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 97).

Essa orientação das DCNEB (2013) juntamente com a análise dos documentos aqui apresentados corroboram para afirmarmos que é possível o professor encontrar nesses documentos elementos que subsidiem o planejamento e a proposição de experiências com os conhecimentos históricos junto as crianças da EI. Os documentos propõem experiências significativas, enfatizando a ideia de despertar o interesse e o prazer em conhecer como se constituiu o que temos hoje promovendo a construção da identidade da criança. Nessa premissa, os documentos também corroboram para a compreensão de que a construção da identidade e da subjetividade se desenvolvem, também, por meio da apropriação do conhecimento histórico.

CAPÍTULO II

3. ANÁLISE E REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme anunciado a nossa investigação objetivou refletir sobre as experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento integral e construção da autonomia das crianças. Nesse sentido, a investigação assumiu os princípios da pesquisa⁵ qualitativa adotando como procedimento metodológico a realização de entrevistas individuais, semiestruturadas, junto a duas professoras da EI que lecionam em instituições educativas da cidade de Natal/RN, sendo uma instituição filantrópica e outra da rede privada.

Nesse capítulo, com base nas entrevistas realizadas, refletimos sobre a compreensão das professoras da EI com relação as experiências com o conhecimento histórico nessa etapa da educação. Nessa reflexão buscamos identificar como se desenvolve a prática das professoras e como elas percebem a relevância dessas experiências para as crianças.

Uma das instituições que se constituiu como lócus da pesquisa oferece turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, pertence a rede privada de ensino, atende a uma clientela com condições socioeconômicas favoráveis e se localiza na região Administrativa Sul da cidade. A outra instituição pertence a rede filantrópica, oferece o ensino da Educação Básica dos segmentos da Educação Infantil ao Ensino Médio, atende a uma clientela de baixo poder aquisitivo e se localiza na região Administrativa Oeste da cidade de Natal/RN.

⁵ Conforme Bodgan & Biklen (1994) a pesquisa qualitativa tem como princípios o caráter descritivo e exploratório, sem o intuito de obter números como resultados. O processo se faz mais interessante do que os resultados ou produtos. Com relação ao pesquisador, este analisa, por meio de um processo indutivo, os dados em toda sua riqueza com respeito aos registros e/ou transcrições. “Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos [...]” (BODGAN & BIKLEN, 1994. p. 51)

A opção pela instituição privada foi baseada na curiosidade da pesquisadora em compreender como era desenvolvida a prática pedagógica, tendo em vista que essa instituição apresenta uma prática construtivista⁶.

A opção pela instituição filantrópica surgiu a partir de uma oportunidade de estágio não remunerado, a pesquisadora realizou estágio no período de dois anos nesta instituição, sendo possível observar e participar ativamente da prática desenvolvida nas turmas da EI.

A partir da escolha do campo da pesquisa, os sujeitos foram escolhidos tendo como critério a disponibilidade em participar. Com o intuito de preservarmos os nomes originais das professoras entrevistadas, para identificá-las adotamos pseudônimos, associado a mulheres famosas na História. Assim, denominamos de Ana Bolena a professora da instituição privada e de Cleópatra a professora da instituição filantrópica.

Durante as entrevistas as professoras responderam algumas questões que nos possibilitasse saber se elas já haviam desenvolvido alguma experiência envolvendo o conhecimento histórico junto as suas turmas de Educação Infantil, identificar como elas escolhem os conhecimentos históricos a serem trabalhados junto as crianças e ter conhecimentos sobre que parâmetros utilizam para considerar um conhecimento como histórico.

As entrevistas foram realizadas individualmente com as professoras, em dias e horários distintos. As respostas das professoras foram registradas por escrito pela pesquisadora sendo fiel as palavras das colaboradoras, e posteriormente, digitadas e organizadas no roteiro que se encontra no apêndice desta monografia.

Procedemos a análise das entrevistas com base no referencial teórico abordado nesse trabalho, isto é, nos documentos oficiais que refletem como devem ser desenvolvidas experiências envolvendo o conhecimento histórico na EI, assim como os autores que propõem práticas e metodologias com esse conhecimento que suscitam uma aprendizagem voltada para formação integral da criança.

⁶ De acordo com Piaget (2007) o conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado nas estruturas internas do sujeito, estas resultam de uma construção efetiva e contínua. Nesse sentido, na teoria construtivista a aprendizagem ocorre por meio da construção do conhecimento. O aluno é sujeito ativo nessa construção que se dá através da sua ação e da interação com o meio, e o professor, é mediador do processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que o propósito dessa pesquisa é subsidiar práticas com o conhecimento histórico na EI, servindo como instrumento que possibilite a compreensão de como essas práticas devem ser propostas, abrangendo todos os profissionais da educação, a título de pesquisa.

Iniciamos a análise apresentando o perfil das professoras sujeitos da pesquisa, no que se refere a aspectos da formação e atuação das professoras. A professora Ana Bolena possui nível superior com licenciatura em Pedagogia e especialização em Educação Especial. Atua há 7 anos como pedagoga, estando há 5 anos na EI e 2 anos na instituição atual particular como professora efetiva. Sua turma é composta por crianças na faixa de etária de 4 a 5 anos de idade. A professora Cleópatra possui nível superior com licenciatura em Pedagogia e tem especialização em Educação Infantil. Atua há 19 anos como pedagoga, estando há 7 anos na EI, e 17 anos na instituição filantrópica atual como professora efetiva. Sua turma é composta por crianças na faixa etária de 5 a 6 anos de idade.

Com base nessas informações as professoras possuem o nível de formação que é recomendado pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB 9.394/96, que passa a vigorar no ano de 2017 com as seguintes alterações em seu Art. 62: “*A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil [...]*”.

Para sabermos se as professoras já haviam desenvolvido alguma experiência envolvendo o conhecimento histórico junto as suas turmas de EI perguntamos e ambas responderam de prontidão com a afirmativa positiva. Em suas respostas apresentaram consonância com o que está disposto nos documentos oficiais, como é possível observarmos nas transcrições dos trechos da entrevista:

Sim, trabalhamos um projeto de pesquisa sobre os africanos. (Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017)

Sim, na minha turma trabalhamos com a história do nome das crianças, sua origem e também a análise de documentos históricos de cada criança. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

A partir da afirmativa da professora Ana Bolena, é possível perceber que a educadora promove o conhecimento histórico em consonância com o que as DCNEI

(BRASIL, 2010, p. 21) propõem, assegurando “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”. Assim como “a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (BRASIL, DCNEI, 2010. p. 20).

Essa orientação das DCNEI nos remete ao pensamento de Cooper (2006), ao afirmar que o contato e a descoberta do passado promovem o desenvolvimento pessoal, social e emocional das crianças, e ainda, auxilia no respeito as diferentes culturas e na consciência da sua própria, considerando dessa forma, as consequências das ações. Compreensão que se faz presente na resposta da professora Ana Bolena.

Na resposta da professora Cleópatra percebe-se, que ela possibilita a construção do conhecimento histórico partindo da própria história das crianças, fazendo uso de metodologias significativas que suscitam esse conhecimento.

Ao mencionar a história do nome da criança como uma situação em que se trabalha o conhecimento histórico, a professora Cleópatra nos remete a um dos elementos apontados por Victor (2010) como um dos organizadores do trabalho com o conhecimento histórico - tomar a realidade da criança mais significativa como ponto de partida para se trabalhar os conhecimentos históricos de modo que estas percebam a sua própria historicidade.

Organizar as experiências com o conhecimento histórico a partir desse elemento possibilita a criança a desenvolver uma consciência do passado a partir de dados da sua própria vida, nos remetendo a mais um pensamento de Cooper (2006) ao afirmar a importância dessa relação – história da própria vida/história de um passado mais distante – para a criança compreender quem ela é.

Com a finalidade de identificar como as professoras procedem para escolher/definir os conhecimentos históricos a serem trabalhados junto as crianças, solicitamos que nos detalhassem, durante a entrevista, alguma experiência envolvendo esse conhecimento. Atendendo a nossa solicitação a professora Ana Bolena nos apresentou o seguinte relato:

“Nessa escola as crianças escolhem o tema de estudo, surgiu interesse pelos africanos, daí decidimos pesquisar sobre eles.

Seguimos um roteiro de pesquisa: começamos com a ideia do que os alunos sabiam, do que queriam saber, e por fim, o que aprenderam [...]. Foi uma experiência muito rica, pois o tema de pesquisa acabou abrangendo também sobre os escravos, quem eram, a história deles, a forma como eles foram transportados [...]”. ((Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.)

O relato da professora nos apresenta indícios de que ela promove as crianças o acesso às diferentes culturas propostas nas DCNEI (2010, p. 23) ao orientar que o currículo da EI deve desenvolver experiências com vistas a “Proporcionar uma relação viva com [...] concepções de mundo e as memórias de seu povo [...], reafirmar a identidade étnica [...]”. Aspecto primordial quando consideramos que as experiências na EI deve pautar-se no desenvolvimento de um atendimento com vistas aos cuidados essenciais a sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da infantil. (BRASIL, 1998, p. 13)

Analisando o relato da professora Ana Bolena tomando como referência o que preconiza as DCNEI (BRASIL, 2010), analisamos que o desenvolvimento de um projeto de pesquisa cujo tema é “Africanos”, ressalta necessidades que foram e ainda são esquecidas atualmente na nossa sociedade. Ao trabalhar com essa temática, é possível que as crianças desenvolvam o respeito às diferentes culturas, assim como também construam o conhecimento histórico por meio de outra ótica, com enfoque na história verdadeira desses povos, compreendendo e respeitando sua cultura e suas contribuições para/na formação do povo brasileiro.

Ao detalhar um recorte de sua experiência com o conhecimento histórico na EI, a professora Ana Bolena afirmou que ao falarem o que sabiam sobre o tema a fala das crianças deu origem a alguns questionamentos:

“[...] os africanos dançam capoeira, eles sofreram muito porque foram escravizados, eles passam fome porque lá na África existe muita pobreza e as crianças são bem magrinhas. [...] As crianças de lá tem família? Por que os africanos foram escravizados? Como eles foram transportados para o Brasil?” (Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.)

Esse trecho do relato da professora nos apresentando as falas das crianças nos permite algumas reflexões. A primeira nos faz pensar que ao questionar o que sabem as crianças sobre a temática em questão, a educadora possibilita a elas fazerem uso da oralização em situação de diálogo para exporem suas ideias,

desenvolve a participação de todos no grande grupo e busca os conhecimentos prévios.

Essa fala também nos permite perceber que a professora Ana Bolena exercita o princípio de um planejamento flexível aberto aos novos questionamentos colocados pelas crianças por está sensível as necessidades da turma (OSTETTO, 2007), como já discutimos neste trabalho, colocando de fato a criança e suas necessidades no centro do planejamento, conforme propõem as DCNEB (BRASIL, 2013).

Percebe-se neste momento, que a professora compreende a criança enquanto “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (DCNEI, 2010. p. 12).

Ao nos apresentar o que as crianças gostariam/necessitavam saber sobre o tema investigado - *Lá tem muita pobreza? As crianças de lá tem família? Por que os africanos foram escravizados? Como eles foram transportados para o Brasil?* – temos indícios de que a professora desenvolve nas crianças a capacidade de construir hipóteses e fazer questionamentos, estas capacidades, conforme Cooper (2006, p. 178), são importantes para a apropriação do conhecimento histórico, pois “Procurar conhecer sobre o passado envolve fazer inferências (boas adivinhações) sobre fontes [...]”. Com relação a estas fontes, a professora pontuou que fez uso de alguns materiais (objetos e fotos) que se configuram como fontes, permitindo às crianças realizarem essas inferências.

Em seu relato da experiência com o conhecimento histórico na EI, a professora Ana Bolena também nos informa o que as crianças aprenderam sobre o tema investigado: *“eles falaram sobre respeitar todos independente da cor e se tem dinheiro ou não, que na África tem também muitas belezas não só a fome”*. A partir do relato da professora, é possível perceber que as crianças desenvolveram posturas importantes para viver em sociedade, suas respostas a pergunta “o que aprendemos” indicam atitudes de respeito as diferenças.

Nesse sentido, verificamos que o papel da professora Ana Bolena se encontra em consonância com o que está disposto nas DCNEI (2010 p. 16) com relação as propostas pedagógicas que devem respeitar o princípio ético: “Da autonomia, da

responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”.

De acordo com as DCNEB (2013):

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 87)

Adotando essa postura, as crianças poderão questionar e agir ativamente na transformação social, contribuindo para diminuição do preconceito e de estereótipos. Desse modo, consideramos que ao promover experiências com o conhecimento histórico pautando-se no que as crianças sabem sobre o tema, o que querem saber e o que aprenderam sobre o mesmo, a professora Ana Bolena nos permite perceber como é possível formar nas crianças atitudes de curiosidade, criatividade e criticidade diante do conhecimento de condução do trabalho da professora conforme propõem Faria e Salles (2012, p. 87), possibilitando as crianças redescobrir e transformar o mundo, como já discutimos nesse trabalho.

Partindo da informação de que a instituição em questão desenvolve a metodologia com projetos de pesquisa que vêm do interesse das próprias crianças, vale salientar mais uma vez nessa pesquisa desenvolvida, a importância de trabalhar com projetos. Tendo em vista a análise da prática da professora Ana Bolena é perceptível que as crianças são mais ativas no processo de aprendizagem e por isso, sentem-se mais à vontade para falar no coletivo e propor questionamentos. Aspecto que corrobora para reafirmar que trabalhar com projetos se configura um caminho importante para construção do conhecimento histórico, uma vez que amplia o conhecimento sobre o tema e possibilita a participação ativa de todas as crianças, conforme já anunciamos em nossas reflexões ao longo desse trabalho.

Nesse caso, a professora Ana Bolena, demonstra ter o conhecimento teórico e prático com relação ao trabalho com esse conhecimento por meio de projetos, estando em conformidade com as DCNEB (2013, p. 93), a qual afirma que “[...] a professora e o professor observam as ações infantis, individuais e coletivas, acolhe suas perguntas e suas respostas [...]”. Assim, a professora Ana Bolena exerce seu

papel no momento em que cria oportunidades para que as crianças vivenciem essas experiências, sendo ativas em seu processo de aprendizagem e apropriação do conhecimento.

Em seu relato a professora Ana Bolena também apresenta recorte sobre a realização de um estudo do meio/visita de estudo realizado com a turma como uma das atividades planejadas para o projeto com o tema africanos sobre a culminância do projeto, explicando:

Como uma das perguntas das crianças era sobre a forma como os escravos foram transportados, a culminância do projeto foi feita levando os alunos para conhecer uma réplica do navio Negreiros que fica no museu da capoeira, e foi muito bom porque lá eles puderam ver na prática o que teoricamente tinham descoberto. ((Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.)

Dessa forma, percebe-se que a instituição e a professora Ana Bolena estão em conformidade com as DCNEI (BRASIL, 2010, p. 26), no disposto que discute sobre eixos do currículo e objetiva garantir experiências na EI que “Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade”.

A visita a réplica do navio negreiro, citado pela professora Ana Bolena, se configura como um estudo do meio/visita de estudo. A realização de atividades como estas permite a aquisição de novos conhecimentos e a consolidação dos já construídos, pois essas atividades permitem a observação direta e exploração ativa das crianças de alguns elementos relacionados ao objeto de investigação da turma sobre o tema escravidão. Faria e Salles (2012) apontam as visitas a outros espaços como uma experiência significativa que precisa ser vivenciada pela criança, construindo outros contextos de aprendizagem “[...] chamando a atenção para as semelhanças e diferenças entre esses espaços e aqueles descritos na história” (FARIA e SALLES, 2012, p. 89).

Ao relatar suas experiências com o conhecimento histórico na EI, a professora Ana Bolena nos deu muitas pistas para identificarmos como ela procede para realizar a escolha dos conhecimentos históricos a serem trabalhados com as crianças. No entanto, em nossa entrevista apresentamos um questionamento mais

direto sobre esse aspecto - Como se deu a escolha dos conhecimentos históricos envolvidos nessas experiências? e obtivemos como resposta:

Foi por meio de pesquisa, na instituição, costumamos antes de escolher qualquer tema para pesquisar, ouvir a opinião dos alunos para saber sobre o que eles pretendem estudar. Partindo do assunto de interesse da turma realizamos rodas de conversa compartilhadas onde cada um pode expor seus conhecimentos prévios. (Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.)

Nota-se uma flexibilidade no currículo desta instituição, uma vez que as crianças participam ativamente da escolha dos conhecimentos a serem trabalhados junto a elas. Para realização dessas escolhas são trazidas possíveis temáticas para roda de conversa e por meio de votação, com a participação de todas as crianças da turma, o tema é escolhido. Fazendo uso dessa metodologia para escolha da temática, acredita-se que a aprendizagem se configura muito mais significativa para as crianças. Situação que mais uma vez nos remete a criança no centro do planejamento como proposto pelas DCNEB (BRASIL, 2013. p. 97) ao afirmar que “As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular [...]”.

Nos direcionando ao relato da professora Cleópatra para identificarmos como ela escolhe os conhecimentos históricos a serem trabalhados junto as crianças da EI, ao ser solicitada a relatar como desenvolve experiências com esses conhecimentos ela nos apresentou o seguinte relato:

Trabalhamos a história e a origem do nome das crianças. Primeiro foi questionado com as crianças o porquê da escolha daquele nome, despertando a curiosidade deles sobre esse tema. Depois, foi pedido que as crianças realizassem uma pesquisa sobre o seu nome, perguntassem em casa qual a origem do seu nome, qual o motivo que levou os pais a colocarem esse nome nelas. No outro dia, cada criança falou sobre a história do seu nome, socializou em uma roda de conversa, foi enfatizado que cada criança tem sua história pessoal. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

Ao indicar o trabalho com o nome das crianças como uma experiência com o conhecimento histórico, a professora Cleópatra nos dá indícios de que possibilita a criança o contato com sua própria história, compreendendo a origem do seu nome.

Experiências como essa contribuem para reafirmar que na prática pedagógica é possível a criança ser considerada como sujeito histórico, e ao pesquisar sobre seu nome, é iniciada a investigação histórica, processo fundamental para que a criança construa o conhecimento histórico de forma ativa, segundo o que nos propõe Cooper (2006).

A professora Cleópatra continuou seu relato detalhando que:

Então, trabalhamos a construção da linha do tempo com fotos das crianças, a ideia era mostrar a história pessoal de cada uma delas e socializar. Cada criança falou um pouco sobre algumas fotos, esse trabalho ajudou no desenvolvimento da noção sobre o tempo, as fotos indicavam momentos diferentes da vida de cada uma delas. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

A experiência relatada pela professora Cleópatra sobre a produção da linha de tempo pela criança nos remete ao pensamento de Cooper (2006) sobre o desenvolvimento da consciência do passado. Desenvolvimento possível por meio da atividade relatada, pois, a partir do contexto da sua própria vida, a criança ao sequenciar fotos de momentos vividos por ela foi tendo elementos para ir compreendendo essa dimensão do tempo percebendo as mudanças provocadas pelo passar do tempo em sua vida.

Ressaltamos ainda que experiências como essas possibilita a criança compreender quem ela é, como se relaciona com os outros. Ao comparar a sua linha de tempo com a dos colegas, segundo Cooper (2006), ela também vai tomando consciência de semelhanças e diferenças entre ela e os colegas, aspectos fundantes na construção de sua identidade.

Analisando a fala da professora temos sinais de que enquanto mediadora ela exerceu seu papel em consonância com as afirmativas de Cooper (2006, p. 177) “Ajudamos as crianças a nos contarem sobre eventos em suas vidas, sequenciá-los e explicá-los. Falamos sobre formas nas quais o passado era diferente [...]”. Ao proporcionar essa experiência de construir sua própria linha de tempo, as crianças se interessam pela sua própria história, questionam e se percebem como sujeito histórico, construindo sua singularidade a partir dessa experiência.

A prática explanada pela professora Cleópatra apresenta-se também em conformidade com os objetivos das DCNEI (BRASIL, 2010, p. 26), ampliando “[...] a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas”. As

fotos das crianças se configuram como fontes que também é um elemento essencial para construção do conhecimento histórico conforme Cooper (2006). Uma vez que a criança traz sua contribuição a partir de fontes as quais retratam sua história, é de se esperar que a criança se posicione mais participativa e questionadora na temática em questão. Dessa forma, trabalhar o conhecimento histórico a partir das fotos das próprias crianças possibilitam o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais interessante.

A experiência relatada pela professora Cleópatra assumindo-se como mediadora para proporcionar as crianças refletirem sobre o passado, a partir de seu contexto de vida, corrobora para reafirmar mais um dos elementos indicados por Victor (2010) como organizador do trabalho com o conhecimento histórico na EI - oportunizar o desenvolvimento da compreensão histórica pela criança mediante a interação intensa desta com os acontecimentos do passado, mediada pelo professor por meio de reflexão de natureza histórica.

Sobre essa experiência a professora Cleópatra, ainda pontua:

Depois, trabalhamos os documentos individuais de cada um, algumas crianças ainda não tinham identidade (documento civil RG), expliquei um pouco sobre o objetivo desse documento. Trabalhamos também com a escrita do nome de cada criança, interligando com outros componentes que também são trabalhados na Educação Infantil, linguagem oral e escrita [...]. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

A partir dessa afirmativa podemos refletir sobre alguns pontos. A experiência com o conhecimento histórico foi exemplificada pela colaboradora através da análise de documentos históricos das crianças (carteira de identidade), a mesma usa o contexto histórico das crianças para que o conhecimento histórico seja compreendido, possibilitando, mais uma vez, a relação e a compreensão do conceito de tempo. Dessa forma, podemos considerar que em sua prática a professora Cleópatra está atenta as orientações das DCNEI (BRASIL, 2013), de que as experiências planejadas se efetivem a partir das próprias vivências das crianças, aspecto primordial para o desenvolvimento de uma boa prática pedagógica.

Ademais, ao afirmar que estabeleceu relação entre o conhecimento histórico que estava sendo construído com outros campos de experiências percebemos a presença da interdisciplinaridade em sua prática, apontando, mais uma vez, em

conformidade com as DCNEB (BRASIL, 2013, p. 94), quando afirmam que nas experiências vivenciadas pelas crianças na EI “É necessário considerar que as linguagens se inter-relacionam [...]”.

A interdisciplinaridade deve estar presente no currículo da EI, como um princípio orientador da prática pedagógica que permite o diálogo entre os diferentes campos de saberes/conhecimentos, na medida em que o objeto de estudo não é domínio de um único campo superando, assim, a fragmentação entre os conhecimentos e proporcionando a compreensão de maneira global, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo.

Sobre essa premissa, já foi discutido nesta pesquisa que os campos de experiências devem se relacionar, pois estão intrinsecamente interligados. Seja qual for o conhecimento a ser compreendido pelas crianças de forma significativa, vai mobilizá-las a acionarem suas hipóteses de leitura, escrita, quantificação, entre outras habilidades e competências que permeiam os demais campos, como pontuou a professora Cleópatra em seu relato.

Ao perguntarmos sobre como a professora Cleópatra procede na escolha dos conhecimentos históricos envolvidos nas experiências propostas às crianças, ela fez a seguinte afirmação:

A escola possui uma sequência didática que vem pronta da matriz que fica em São Paulo, esse tema de estudo já estava pautado para a Educação Infantil dentro do eixo de Natureza e Sociedade. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

A afirmação da professora nos remete a uma concepção de currículo como um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, negando a compreensão desse como campo de escolhas marcados por tensões e nessa perspectiva espaço de criação, recriação, contestação e transgressão (MOREIRA; SILVA, 1994) e como tal, espaço de autoria do professor.

Outro aspecto que nos chama atenção na fala da professora Cleópatra é o fato do currículo desta instituição ainda desenvolver o trabalho na EI com base no RCNEI (BRASIL, 1998), o qual introduz o conhecimento histórico no eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade que reúne temas pertinentes ao mundo social e natural (BRASIL, 1988, p. 163). Nos indicando a necessidade de atualização do

currículo atentando para as orientações das DCNEI (BRASIL, 2010) ao propor que o currículo da EI seja baseado em campos de experiências.

Tal situação nos faz inferir que a instituição da professora Cleópatra possui um currículo fechado, uma vez que a sequência didática é definida em uma matriz que se localiza em São Paulo – SP, cidade a qual possui uma realidade social diferente da realidade das crianças que frequentam a instituição localizada na região Administrativa Oeste da cidade de Natal, desconsiderando a orientação das DCNEB (BRASIL, 2013) de que as IEI:

[...] necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade. (BRASIL, DCNEB, 2013. p. 90).

Essa orientação das DCNEI nos remete a compreensão de que o currículo deve ser organizado com base no contexto social do público alvo, dando sentido a aprendizagem. Esse documento também

“[...] reforça a gestão democrática como elemento imprescindível, uma vez que é por meio dela que a instituição também se abre à comunidade, permite sua entrada, e possibilita sua participação na elaboração e acompanhamento da proposta curricular” (BRASIL, 2013, p. 90).

Com base nessa orientação das DCNEI a fala da professora Cleópatra, torna notório que a gestão da instituição não tem total poder de decisão, uma vez que há uma sequência didática pronta, a qual é base para toda prática pedagógica desenvolvida na instituição.

A constatação da existência de um currículo único em todo país para a instituição filantrópica na qual a professora Cleópatra atuava, nos inquietou em relação ao posicionamento da comunidade frente a construção do currículo. Ao questionarmos a professora sobre esse aspecto ela comentou que “A comunidade aceita tudo” (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017). Analisando essa afirmação fica explícito que essa discussão não ocorre, fato de que muitas famílias veem nesta instituição a única oportunidade para garantir uma vida

melhor para as crianças, uma vez que a instituição atende uma clientela de baixa renda.

Entretanto, apesar desse aspecto, o relato da professora Cleópatra sobre como desenvolveu a experiência com a origem dos nomes das crianças – investigação junto as famílias para saber sobre a escolha do nome das crianças, construção de linha do tempo, uso do RG e de fotos como fonte histórica - demonstra que o trabalho desenvolvido aconteceu de forma bastante significativa, contribuindo para que as crianças participem, pensem e construam o conhecimento histórico a partir do seu próprio contexto de vida.

Essa constatação nos permite deduzir que a professora têm consciência do seu papel e exerce-o e, dentro das condições que lhe são oferecidas exerce a sua prática com uma certa autonomia, encontrando caminhos para transformar sua prática, corroborando assim para reafirmarmos o currículo como espaço de tensões onde reproduz, mas também se (re)cria (MOREIRA; SILVA, 1994).

Continuando nossa análise e reflexão, no intuito de investigarmos porque as professoras consideravam os conhecimentos presentes nas experiências relatadas como conhecimento histórico obtivemos as seguintes respostas:

Porque foi algo que ocorreu há muitos anos atrás que marcou e marca a história até os dias atuais, também por se tratar de uma pesquisa sobre a história de vida dos africanos. (Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.)

Acredito que explorar o nome da criança significa trabalhar ela enquanto sujeito e a sua história de vida. Já que trabalhamos a história do nome e a construção da linha do tempo analisando alguns documentos que também podem ser considerados históricos (fotos e documentos de identificação) acredito que foi realizado um trabalho com conhecimentos históricos. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

Refletindo primeiramente sobre a resposta da professora Ana Bolena, a mesma ainda concebe como o que já aconteceu há muito tempo; como o registro acabado de conhecimentos sobre o passado. No entanto, Borges (2005) ao analisar o que é História, contrapôs-se a esse tipo de concepção, ressaltando que:

[...] a história, hoje em dia, não visa explicar esse passado distante e morto. E é a contribuição que ela pode trazer para a explicação da realidade que vivemos que nos leva a ver como fundamental sua

divulgação fora das universidades e das escolas onde ela é prisioneira há longos anos. Essa divulgação se torna importante na medida em que se acredita que a história, ajudando a explicar realidade, pode ajudar ao mesmo tempo a transformá-la. (BORGES, 2005. p. 8)

A partir dessa afirmação de Borges (2005) podemos compreender que os conhecimentos históricos tornam-se referência para se compreender/explicar a realidade.

No que diz respeito a resposta da professora Cleópatra, a mesma ao nos indicar a história do nome das crianças como um conhecimento histórico, nos dá pista para compreendermos o conhecimento histórico como aquele que permite a criança organizar explicações e construir respostas acerca do seu meio e de si própria, relacionando a sua própria história ao conhecimento histórico.

Esse reconhecimento da professora Cleópatra nos remete mais uma vez a compreensão da criança enquanto sujeito histórico. Assim ao percebe-se como sujeito histórico, dentro de um tempo e espaço, a criança compreende o passado e a relação dela com o presente, compreendendo a história a partir da sua própria história, ficando assim explícita a relação e o embricamento entre a história de vida das crianças e a história da humanidade e o papel desta na construção da identidade pela criança (VICTOR, 2010)

Belloni (2012, p. 8), sobre as experiências da criança com o mundo social, campo de experiência o qual o conhecimento histórico encontra-se inserido, afirma que “[..] as experiências proporcionadas por meio desse campo de experiência devem estar relacionadas às vivências e acontecimentos socioculturais [...]”. Nesse sentido, percebe-se que a professora Cleópatra canaliza a aprendizagem para vivências e acontecimentos que estão sendo resgatados pelas crianças no momento em que estão investigando a origem dos seus nomes.

A professora Cleópatra ainda afirma que considera a experiência detalhada nesta pesquisa como conhecimento histórico devido ao trabalho de análise dos documentos históricos das próprias crianças. A mesma faz uso de fotos, certidões de nascimento e documentos de identidade das crianças, objetivando desenvolver nas crianças a postura de análise e questionamentos sobre os documentos históricos.

Analisando sua afirmação, é possível perceber consonância entre sua metodologia com o conhecimento histórico e as considerações de Cooper (2006), a

qual considera a prática da investigação e a sequência de fontes atitudes importantes para a construção do conhecimento histórico.

Neste caso, a professora trabalha a sequência de fontes por meio da organização das fotos das crianças na linha de tempo, essa prática adotada pela professora permite a compreensão de tempo pela criança, esta considerada também importante para a construção do conhecimento histórico. Ademais, permite que a criança se perceba enquanto sujeito social, sendo este, um dos objetivos em relação ao mundo social na EI. Conforme Belloni (2012, p. 22):

A Educação Infantil, em relação ao mundo social, deve possibilitar às crianças: perceber-se como ser social que atua no tempo e no espaço, componente de diferentes grupos que, ao mesmo tempo, constituem e transformam a sociedade e são dependentes dela.

Por fim, refletiremos sobre a última pergunta proposta às professoras colaboradoras: Você considera importante propor as crianças da Educação Infantil experiências com o conhecimento histórico? Por que? Para esses questionamentos obtivemos as seguintes respostas:

Sim, considero importante. É importante porque é através do conhecimento histórico que os alunos irão enriquecer seus conhecimentos sobre o passado e sobre o que acontece até hoje. Noto muita curiosidade dos alunos em saber sobre assuntos do passado. (Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017)

Sim, considero. O conhecimento histórico trabalha a criança enquanto sujeito quando a criança aprende sobre sua história, e ainda, desperta a curiosidade em pesquisar, se torna interessante saber sobre o desconhecido, as crianças buscam explicações. A criança ainda desenvolve a capacidade de imaginação. Essas capacidades desenvolvidas são importantes para a construção do conhecimento e favorecem o processo de desenvolvimento da criança. (Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017)

Refletindo sobre as respostas das professoras percebe-se que ambas consideram as experiências com o conhecimento histórico importantes. A professora Ana Bolena relata novamente a compreensão do passado como referência para se compreender/explicar a realidade.

Enquanto que a professora Cleópatra ressalta a importância do conhecimento histórico para a formação de crianças investigativas, as quais busquem por informações sobre o mundo que as cercam, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

A professora Cleópatra também declara importante esse conhecimento para o desenvolvimento da imaginação, considerada pela mesma uma estratégia poderosa do pensamento infantil, pois é através dela que as crianças buscam dar sentido as coisas que veem, sentem e ouvem.

Ao desenvolver a imaginação o pensamento da criança é estimulado a buscar explicações para o que até então era somente conhecimento prévio. Essas relações entre estabilidade e desestabilidade, para a construção do conhecimento, só favorecem o processo de aprendizagem.

Nessa premissa, é notório o saber e o desejo das professoras em desenvolver experiências envolvendo o conhecimento histórico formando crianças com senso crítico, capazes de desenvolver mudanças futuras na sociedade. Apesar de não serem licenciadas em História, e levando em consideração que muitos professores desconhecem documentos e teóricos que tenham considerações sobre o conhecimento histórico e sua prática na EI, as professoras, fazendo uso ou não de referenciais, apresentam pistas significativas para o desenvolvimento de experiências com o conhecimento histórico na EI de modo a contribuir com a formação da criança.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A realização dessa pesquisa nos possibilitou refletir sobre as experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento integral e construção da autonomia das crianças.

Mediante a realização de nosso estudo, pudemos afirmar que é possível propor as crianças da Educação Infantil experiências com o conhecimento histórico tendo como ponto de partida a experiência e a realidade mais significativa da criança.

As reflexões realizadas durante a pesquisa sinalizaram que ao planejar experiências com o conhecimento histórico se faz necessário que o professor coloque a criança no centro do planejamento possibilitando-a perceber-se como sujeito histórico.

A investigação também evidenciou que é possível o professor encontrar nos documentos oficiais elementos que subsidiem o planejamento e a proposição de experiências com os conhecimentos históricos junto as crianças da EI.

A análise das entrevistas demonstrou que ao promover experiências com o conhecimento histórico pautando-se no que as crianças sabem sobre o tema, o que querem saber e o que aprenderam contribui para formar nas crianças atitudes de curiosidade, criatividade e criticidade diante do conhecimento possibilitando-as redescobrir e transformar o mundo.

A partir desse estudo, é possível ampliar a compreensão de que o conhecimento histórico é extremamente importante para o desenvolvimento de cidadãos mais críticos e atuantes na sociedade. Em vista disso, a partir do estudo teórico apresentado no presente trabalho, sobre os documentos oficiais e autores que tecem considerações acerca desse conhecimento, é possível concluir que a prática com o conhecimento histórico apresenta alguns desafios.

Partindo da importância do conhecimento histórico para o desenvolvimento das crianças integralmente, os professores que atuam na EI, enquanto mediadores da aprendizagem, devem proporcionar uma prática mais dinâmica e comprometida com as crianças que estão formando, através de experiências com esse conhecimento. Este professor deve ser eterno pesquisador, estando diariamente em busca de uma prática pedagógica mais significativa em meio a diversidade de

recursos didáticos e metodologias que podem ser utilizadas para a construção do conhecimento histórico.

A partir da pesquisa bibliográfica e de campo, é possível tecer considerações com relação a importância do embasamento teórico do professor e da consciência do seu papel político enquanto formador para que o conhecimento histórico seja construído sem estereótipos e preconceitos. Entretanto, vale salientar que a postura do professor não nos dar garantia para a construção desse conhecimento contemplando o desenvolvimento de crianças ativas e críticas diante dos problemas sociais. Dessa forma, temos vários desafios a serem vencidos com relação a essa prática, pois existem outros aspectos que contribuem para que a educação ocorra de forma transformadora socialmente.

Sendo a instituição de Educação Infantil um espaço fomentador de ideias e ações democráticas, é preciso um olhar diferenciado para o conhecimento histórico, pensando os possíveis desafios existentes no seu sentido mais amplo. É fundamental desenvolver perspectivas em face das novas demandas que as IEI enfrentam, abarcando questões de uma sociedade que se democratiza e se transforma.

Finalizando, discutir acerca das possibilidades e desafios do conhecimento histórico enquanto formador de crianças críticas e reflexivas, nos permite a reflexão sobre os entraves e soluções para as problemáticas. Ir a campo proporcionou a articulação de todo referencial teórico estudado com a prática educativa, proporcionando a notoriedade das peculiaridades envolvidas nesse cenário educacional.

Assim, esperamos que as considerações refletidas nessa pesquisa auxiliem no desenvolvimento da compreensão de professores licenciados em Pedagogia que atuam na EI, sobre o conhecimento histórico e as metodologias que suscitam a construção desse conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luiza. **A criança e o mundo social**. Prefeitura Municipal de Contagem, 2012.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teorias e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. ROSA, Ester Calland de Sousa. **Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Língua portuguesa na escola; 2).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Planalto. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Conhecimento de mundo. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998c. v. 3.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998a. v. 1.
- CAVALCANTI, Zélia. (coord.). **Trabalhando com história e ciências na pré-escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- COOPER, Hilary. **Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos**. Educar em revista, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006. Editora UFPR.
- FARIA, Vitória e SALLES, Fátima. O Currículo na Educação Infantil: relações da criança com os saberes e conhecimentos da natureza e da cultura. In: _____. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. 2 ed. – São Paulo: Ática, 2012. p. 55 - 167
- MONTEIRO, A. M. F. da C. **Professores entre saberes e práticas**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 74, p. 121-142, abr. 2001.
- MOREIRA, Antonio Flávio B. e SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Novas Diretrizes para a Educação Infantil**. Ano XXIII, Boletim 9, Junho 2013. ISSN 1982 – 0283. Salto para o futuro, TV escola/MEC.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco**. In: _____ (org). Encontros e encantamentos na educação infantil. – 6. ed. – Campinas, SP: Papirus, 2007.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Professora Ana Bolena. Entrevista concedida à autora em 29/03/2017

Professora Cleópatra. Entrevista concedida à autora em 30/03/2017

VICTOR, Analice Cordeiro dos Santos. **AÍ EU ERA ANTÔNIO BRASIL: Contribuições de situações didáticas com conhecimentos históricos para a construção da identidade pessoal da criança na Educação Infantil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. 208 p.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROFESSORAS

Objetivo: Obter dados sobre a formação das professoras colaboradoras e de sua atuação na Educação Infantil.

QUESTÕES	PROFESSORAS	
	Ana Bolena	Cleópatra
Escolaridade	Superior em Pedagogia com especialização	Superior em Pedagogia com especialização
Tempo que leciona	7 anos	19 anos
Tempo que leciona na Educação Infantil	5 anos	7 anos
Tempo que leciona na instituição atual	2 anos	17 anos
Vínculo profissional com a instituição	Professora efetiva	Professora efetiva
Rede de ensino a que a instituição pertence	Particular	Filantrópica

Quadro 2 – Sujeitos da Pesquisa
Fonte: Construção da autora

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA AS PROFESSORAS COLABORADORAS

TEMA: As experiências com o conhecimento histórico na Educação Infantil

1ª parte – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Entrevista realizada em _____

Local da realização _____

Recursos de realização _____

2ª parte – LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA

Agradecer a disponibilidade; garantir confidencialidade dos dados; esclarecer sobre o problema e os objetivos da entrevista.

3ª parte – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PROFESSORA

Objetivo: Obter dados sobre a formação das professoras colaboradoras e de sua atuação na Educação Infantil.

1. Nome _____ Nº da entrevista _____

2. Nível completo de escolaridade:

Nível Superior. Qual? _____

Pós-graduação. Qual? _____

Outros: _____

3. Estuda atualmente? () Sim () Não O que? _____

4. A quanto tempo leciona? _____

5. A quanto tempo leciona na Educação Infantil?

6. A quanto tempo leciona na instituição atual? _____

7. Qual o seu vínculo profissional com essa instituição?
- () Professora Efetiva
- () Professora Temporária
8. A que rede de ensino pertencia essa instituição?
- () Estadual () Municipal () Particular () Filantrópica
9. Já atuou em outras instituições de Educação Infantil? _____

4ª parte – CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO

Objetivo: Identificar a concepção de conhecimento histórico das professoras

1. Você já desenvolveu alguma experiência envolvendo o conhecimento histórico junto as suas turmas de Educação Infantil?
2. Você poderia dar alguns detalhes dessa sua experiência?
3. Como se deu a escolha dos conhecimentos históricos envolvidos nessas experiências?
4. Por que você considera que esses conhecimentos são históricos?
5. Você considera importante propor as crianças da Educação Infantil experiências com o conhecimento histórico? Por que?